PROGRAMA DE GOVERNO 2021-2024

PARTIDO DOS TRABALHADORES – BELO HORIZONTE

NILMÁRIO MIRANDA-Prefeito E LUANA SOUZA-Vice

Chapa: "***Por uma BH Inclusiva e Participativa***"

Construir uma economia afluente; uma sociedade justa e igualitária; uma cidade de todos.

Sumário

PROGRAMA DE GOVERNO 2021-2024 1

NILMÁRIO MIRANDA-Prefeito E LUANA SOUZA-Vice 1

1. Desenvolvimento econômico 2
2. Políticas Sociais 5
3. Política para as mulheres 8
4. Política habitacional 10
5. Mobilidade urbana 12
6. Política ambiental 14
7. Saneamento 17
8. Áreas de risco geológico 19
9. Saúde 21
10. Educação 24
11. Cultura 25
12. Juventudes 26
13. Governança e participação democrática 27

1. Desenvolvimento econômico[1]

A adoção de novas diretrizes e políticas públicas ativas no campo econômico e social é de suma importância no momento contemporâneo do país, de modo geral, e da cidade, em particular, em razão de pelo menos três fatores principais. Um deles se vincula ao contexto nacional que se configurou a partir do golpe de 2016, quando se assistiu a desmontagem e debilitamento da ação estatal em diversos campos e setores cruciais do desenvolvimento econômico e social do país, resultando no agravamento das condições de vida da população brasileira, sobretudo os estratos de menor renda e mais vulneráveis. Um segundo fator diz respeito a elementos endógenos e específicos da própria capital mineira, cuja economia vivencia uma crise estrutural e prolongada de perda de dinamismo. Os desafios emanados desse quadro são amplos: ao mesmo tempo em que é reforçada a necessidade de iniciativas governamentais mais vigorosas, sistêmicas e abrangentes por parte da Prefeitura para lidar com os efeitos sociais desta crise, as bases impositivas do município são afetadas, comprometendo a capacidade de financiamento de gastos e, portanto, de sustentação das políticas públicas. Um terceiro fator em curso, que se soma ao anterior, diz respeito à crise global causada pelo coronavírus (COVID-19) afetando profundamente as relações sociais, econômicas e cotidianas da cidade.

Considerando a necessidade de se construir um novo modelo de desenvolvimento econômico e social, são apresentadas as seguintes propostas para a redinamização da economia de Belo Horizonte baseada na geração de trabalho e renda:

a. Programa socioeconômico emergencial: além de fazer face às condições mais urgentes dos estratos populacionais vulneráveis, esse programa teria a função de atenuar o quadro de carências existentes na capital mineira, enquanto as ações de redinamização econômica propostas não gerem os efeitos multiplicadores e aceleradores sobre a renda e o emprego esperados. Para dar sustentação a este programa, uma das fontes de recursos possíveis seria parte da renúncia de receitas da PBH, que alcança cerca de R$ 60 milhões ao ano. Parcela dessa renúncia poderia ser suspensa temporariamente e seus recursos alocados nas ações e medidas assistenciais de caráter emergencial.

b. Programa centralizado e coordenado de compras governamentais: Em razão da magnitude dos recursos mobilizados anualmente em aquisições e encomendas de bens e serviços, esse poder de compra da Prefeitura deve ser organizado programaticamente, por intermédio de mecanismos e procedimentos de centralização, coordenação e planejamento, com vistas potencializar os seus efeitos multiplicadores e aceleradores. Assim, deve-se buscara reter o máximo possível dessa potente demanda governamental no âmbito da economia da cidade, direcioná-la a estratos sociais, territórios e setores produtivos selecionados e manipulá-la como instrumento econômico e institucional de atração de investimentos.

c. Formulação e implementação de uma política pública direcionada a apoiar e a impulsionar a Economia Criativa, mediante o fortalecimento de atividades criativas e culturais e o adensamento da oferta à sociedade de bens e serviços intensivos em

[1] VIEIRA, Danilo J. e LAMBERTUCCI, Antônio: *Por um modelo de desenvolvimento inclusivo, solidário, democrático e sustentável para Belo Horizonte*

conhecimento, criatividade e tradições locais e regionais. Podem ser contemplar as seguintes iniciativas, entre outras:

- Oficinas temáticas de formação profissional suplementar destinadas a produtores e prestadores de bens e serviços criativos, visando a formação profissional suplementar e o aprimoramento das atividades;
- Oficinas cujo público alvo é a população em geral, realizadas pelos produtores e prestadores de bens e serviços criativos, por meio de apoio econômico e institucional da Prefeitura.
- Feiras, exposições e eventos comerciais, institucionais, artísticos e culturais com o objetivo de promover e servir de canal de distribuição de bens e serviços criativos; ademais, permitirão o uso a e ocupação permanente dos equipamentos coletivos da cidade, de forma territorialmente descentralizada e dispersa pela cidade.
- Assistência técnica e financeira, compreendendo: a) o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico,; b) a assistência técnica, em especial nos processos de certificação, padronização, acreditação de produtos e serviços; prospecção de mercados locais, regionais, nacional e internacional; c) mecanismos para suprimento de crédito, tanto para capital de giro quanto para capital fixo, em especial para os produtores e prestadores de serviços criativos independentes e informais.
- Economia Criativa Solidária: induzir e fomentar Empreendimentos Econômicos Solidários Criativos, estimulando a organização da produção e da prestação de serviços em bases cooperadas.
- PROEMP Economia Criativa: inclusão das atividades econômicas criativas no Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresa (PROEMP), atualmente voltado apenas para empresas de base tecnológica, o que implica que tal programa tem apoiado apenas parte da Economia Criativa.
- Agroecologia Urbana Criativa: estabelecer ações governamentais de cunho econômico e institucional para conectar a produção agroecológica urbana de Belo Horizonte com a Economia Criativa, em especial as atividades do Grupo Gastronomia, de modo a criar mercados e estímulos de expansão mútuos e cruzados para esses dois âmbitos da economia urbana da capital mineira

d. Programa de fomento à economia solidária, intensivo em grande escala:

- Criar um programa de Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários, com a participação de universidades e organizações dos movimentos sindical e popular.
- Inclusão dos EES no Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresas (PROEMP).
- Constituir mecanismo para operar microcrédito destinado a financiar capital de giro e capital fixo de empreendimentos de micro e pequeno porte, incluindo não apenas os EES, mas também as micro e pequenas empresas e os Micro-Empreendedores Individuais (MEI).
- Usar o poder de compra governamental da PBH para induzir as atividades econômicas solidárias

e. Mecanismos econômicos e regulatórios para induzir a geração de trabalho, a formalização de mão de obra e o impulsionamento da renda

- Definição de incentivo tributário para micro, pequenas e médias empresas que contratarem trabalhadores em regime formal regulado pela CLT e/ou formalizarem a sua mão-de-obra com base nessa regulação trabalhista.

- Alteração da legislação do Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresas (PROEMP: acentuar as condicionalidades referentes à geração de trabalho e, principalmente, modificar o escopo do programa, ampliando o seu alcance e dando prioridade a atividades intensivas em mão-de-obra e que gerem postos de trabalho diretos e indiretos formais na capital mineira. As aterações devem também contemplar linhas específicas de incentivos (fiscais, financeiros, institucionais) aos Empreendimento Econômicos e Solidários (EES).
- Implementar formas de contratação de EES, micro e pequenas empresas e MEI para arealização de obras simples de urbanização, em especial a recuperação e pavimentação de ruas e de equipamentos públicos diversos.
- Criar mecanismos que favoreçam contratações de bens e serviços de empresas que contratem pessoas oriundas e/ou inscritas em programas municipais de assistência social.
- Fomentar a organização de pequenos empreendimentos para a prestação de serviços à PBH.
- Construir mecanismos institucionais de apoio e fomento à comercialização de bens e serviços de empreendimentos solidários, cooperados e de micro e pequeno porte, contemplando, entre as medidas, a organização e criação de espaços públicos e coletivos permanentes, temporários e itinerantes para essas atividades de comercialização.
- Estabelecer mecanismos que estimulem as empresas terceirizadas a contratar pessoas em situação de vulnerabilidade social.
- Organizar serviços de orientação, capacitação e assistência técnica a empreendimentos solidários, cooperados e de micro e pequeno porte, assim como de trabalhadores e trabalhadoras autônomos.
- Desenvolver programa de aproveitamento de terrenos públicos para a implantação de hortas com a finalidade de estimular a geração de renda.
- Criar programa de coleta seletiva com destinação da reciclagem para empreendimentos solidários, cooperados e de micro e pequeno porte, fomentando ao máximo a agregação de valor a esses materiais reciclados.

f. Ações específicas para a juventude em situação de vulnerabilidade, contemplando capacitação profissional, elevação de escolaridade, assistência social e técnica e colocação no mercado de trabalho.

g. Ações de intermediação de emprego – impulsionar interação com as atividades do Posto do SINE, através de iniciativas como:

- Criar programa de qualificação profissional e de elevação de escolaridade, priorizando as pessoas mais pobres.
- Adotar uma política de captação de vagas de emprego formal junto às empresas da capital a serem destinadas ao público participante do programa público de qualificação profissional da Prefeitura.

h. Apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e a favor da geração de trabalho e renda: mobilizar essa capacidade inovativa instalada em Belo Horizonte com vista a induzir processos geradores de trabalho e renda, articulando os diversos agentes e atores presentes no complexo de inovação existente na cidade.

2. Políticas Sociais

A área social, nestes últimos tempos, tem sofrido duras perdas contínuas, três delas significativas que demonstram o desmonte anunciado e praticado pelo atual governo Federal.

A primeira delas é a Emenda Constitucional 95 que congelou os recursos para a área social, a saber: Saúde, Educação e Assistência Social. Dentre as três áreas, a Assistência Social é a mais recente na formalização do Sistema Único da Assistência Social, concebido na ótica do Sistema Único de Saúde. Ainda não está consolidada como política universal tal como Saúde e Educação, ficando, portanto, mais à mercê das intempéries dos cortes orçamentários.

A segunda é o desmonte do sistema federativo que estava em vigor. Somos uma estrutura federada não só no co-financiamento, mas também no processo de organização e coordenação das medidas. Há comissões bipartites, tripartites em que Estados e Municípios sempre foram ouvidos em discussões compartilhadas e pactuadas. No entanto, no final do ano de 2019, uma medida promulgada pelo governo Federal estabeleceu o corte de 40% dos recursos da Assistência Social. A destruição do pacto federativo está vigente, os Estados e Municípios não mais são consultados, não há mais escuta e diálogo, componentes essenciais em um regime democrático.

E a terceira delas é a desorganização dos Conselhos. Os Conselhos não são mais ouvidos e foi extinto o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Os representantes da sociedade civil, conjuntamente com os representantes governamentais são fundamentais na construção das políticas públicas. Já tivemos conselhos com representantes de usuários, da população em situação de rua, dos trabalhadores de materiais recicláveis, dentre outros. Infelizmente, este rico processo educativo em que se elucida os limites das regras, bem como as leis vigentes, com escuta e participação, na tentativa e busca de melhorar sempre, cada vez mais, os serviços e atendimentos, isso está sendo perdido no Brasil.

O social nos governos petistas sempre foi priorizado. Tivemos a capacidade de entender e assimilar o novo, as mudanças, as novas preocupações, incorporando as novas agendas sociais. Hoje o que temos é um panorama desolador, escancarado com a pandemia, que assombra cada um de nós, nas cidades, nos Estados e no país como um todo.

Para o Programa de Governo, nessa conjuntura, devemos tratar o social, não como uma agenda separada, mas abordar a ideia de Desenvolvimento Social.

Gasto no social é investimento; e o investimento que é o dinamizador da economia (como relatou em uma palestra a ex-ministra Tereza Campelo: para cada R$ 1,00 gasto no Bolsa Família houve um retorno de R$ 1,78 para a economia). Cidades com mais pobres são cidades que tendem à estagnação econômica. Quanto mais gente produzindo, consumindo, integrando-se nos mecanismos da manutenção da vida, mais a cidade cresce.

Hoje, o plano de governo deve colocar o Município como alavancador do desenvolvimento social. Não existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social. Quando as duas agendas caminham juntas a efetivação das políticas torna-se bem maior.

O cenário atual requer uma potencialização maior dos recursos.

Diretrizes que devem ser consideradas:

a. A organização da proteção social no SUAS por meio da intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais. Quando falamos em articulação e proteção e citamos a intersetorialidade, sabemos, porém, da dificuldade de praticá-la. Hoje, mais do que nunca, temos que fazer uma construção coletiva para dar certo:
   - Diagnóstico comum
   - Desenho comum de um projeto (e ou vários...)
   - Todos juntos lançar esse projeto
   - Desenhar um monitoramento conjunto

   Um recurso e uma ferramenta muito importante que é o cadastro único. Fazer uma busca para identificar grupos nesse cadastro, envolvendo várias secretarias em projetos comuns. Procurar fazer um desenho para as políticas de inclusão.

b. A equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, sócio-econômicas, políticas, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco. Inverter prioridades. O Brasil, durante o nosso governo, inverteu prioridades. Segundo dados do PNAD entre 2003 a 2015, 48 milhões de brasileiros passaram a ter acesso ao saneamento básico. Desses 48 milhões, 38 milhões são negros. Os dados do Bolsa Família apontam que 74% da população atendida pelo programa são negros, na sua maioria mulheres. Os negros compõem 54% da população brasileira e 74% desta população são pobres. A inclusão não é só de classe, é de raça e gênero.

c. Mapear as maiores vulnerabilidades social e econômica em cada território, traçando um planejamento conjunto para atuar nesses "territórios de cidadania".

   No enfrentamento à pobreza é preciso priorizar as periferias. Cruzar os mapas, temos dados de transportes, de energia elétrica, de saneamento básico entre outros.

   Hoje, propor transporte barato e ou gratuito em alguns trechos de integração é extremamente social e inclusivo. É o direito à cidade à população alijada no seu processo econômico-social. São, em sua maioria trabalhadores, onerados pelo custo do transporte, que ficam excluídos das ofertas de trabalho em áreas mais centrais com melhor remuneração.

   Em cada território temos que apontar soluções, muitas vezes, diferenciadas.

Um bom instrumento, que podemos reeditar, é o Plano Brasil sem Miséria, feito pelo Governo Federal durante nossa gestão. A partir da análise das desigualdades territoriais foi feita uma agenda social-com várias secretarias para o aumento das capacidades e oportunidades quanto a garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos

Olhar o território de forma INTEGRAL, fazer uma agenda de desenvolvimento econômico e social, agendas integradas e articuladas. Isto torna-se extremamente necessário.

d. Otimizar as atividades econômicas.

Destaca-se a proposta relativa a compras municipais articuladas e centralizadas para um maior rendimento e retenção na cidade da circulação monetária.

Com a pandemia, houve um agravamento da situação de trabalho e renda, que será acentuado no ano que vem. O empobrecimento dos pobres está visível, chegando a patamares da miserabilidade com a perda de trabalhos e empregos. Temos que utilizar mecanismos e sermos criativos o suficiente para que possamos reverter esse processo: tentar construir, desde já, um município mais inclusivo e sustentável.

A pandemia mostrou e escancarou as necessidades fundamentais, uma delas que uma parte da população pode consumir menos e gastar menos com bens supérfluos (que ultrapassa a necessidade, que é mais do que se necessita).

Focar em direcionamentos inclusivos é pensar e focar na absorção de cooperativas de mulheres pedreiras, eletricistas, pintoras, jardineiras, entre outras, na manutenção da cidade.

Absorver ”cotas produtivas” das mulheres das periferias, que dinamizaram o atendimento à população, cozinhando, fabricando produtos de proteção individual e artesanatos variados etc nessa época da pandemia.

e. Viabilizar alternativas de transferência de renda que permitam compensar a redução e exclusão de várias famílias nos programas federais, a partir de financiamento ou tributação dos setores mais privilegiados da cidade. Avançar em formas e públicos para realizar essa transferência

f. Fomentar mecanismos de transparência e participação popular.

3. Política para as mulheres [2]

As eleições de 2020 se situam em contexto inteiramente atípico. Vivemos os efeitos perversos de uma pandemia, que agrava a crise política, econômica, ética e cultural no Brasil. As dificuldades impostas pelo governo fascista de Jair Bolsonaro se somam às perdas de direitos da população brasileira desde o golpe de 2016. As mulheres, como em todas as crises, são as que sofrem o maior impacto de tudo isso. É preciso um olhar carinhoso e atento para suas necessidades e como atendê-las.

Para o Partido dos Trabalhadores – e das Trabalhadoras – a vida, os direitos das mulheres e a igualdade racial e de gênero ocupam uma posição central para a construção de um país justo, soberano e democrático. Não há democracia e justiça sem a garantia desses direitos. São princípios inegociáveis. A formulação de Políticas para Mulheres deve estar presente de maneira interseccional nas políticas de um governo, com olhar articulado em todas as áreas da gestão. Ao mesmo tempo, a interseccionalidade evidencia que as mulheres são diversas entre si: somos indígenas, negras, lésbicas, bissexuais, transsexuais, do campo, da cidade, quilombolas, de matriz africana, ciganas, jovens, idosas, profissionais do sexo. E com pautas específicas que exigem olhares diferenciados.

Enfrentar o racismo, o preconceito e todas as perdas que ele impõe às mulheres negras deve ser um eixo transversal a todos os pontos desta plataforma e deve se refletir em todas as ações e propostas do PT. Deve, indiscutivelmente, orientar o programa de todas as candidatas e candidatos aos cargos para as prefeituras e Câmaras Municipais em 2020.

Neste contexto, a política para mulheres no governo Nilmário – Luana é pautada por 13 pontos:

a. **Interseccionalidade:** Formular Políticas integrais e integradas para Mulheres considerando sua diversidade - indígenas, negras, lésbicas, bissexuais, transsexuais, do campo, da cidade, quilombolas, de matriz africana, ciganas, jovens, idosas.

b. **Institucionalização das políticas para as mulheres:** Criar a Secretaria de Políticas para as Mulheres com dotação orçamentária própria; garantir paridade na designação de cargos comissionados na administração municipal.

c. **Fortalecimento da participação popular:** Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres; manter mesa permanente de negociação com sindicatos e associações de moradores e ocupações, para garantir as pautas de interesse das mulheres .

d. **Transição ecológica e bem viver:** Realizar obras de saneamento e infraestrutura com emprego de mão de obra com o mínimo de 50% de mulheres; fomentar práticas agroecológicas, a partir da organização de mulheres: hortas comunitárias, quintais produtivos e jardins comestíveis nas escolas, nos terrenos sem uso, nas praças e outros espaços públicos

[2] Ver documento do Partido dos Trabalhadores de Belo Horizonte: "Nilmário Prefeito de Belo Horizonte - 13 pontos das mulheres para a campanha", 2020

e. **Produzir indicadores e informações sobre mulheres: C**riar o Observatório Municipal de Gênero e Raça, em parceria com pesquisadoras de instituto de pesquisa para elaborar e divulgar indicadores sociodemográficos.

f. **Enfrentamento à violência contra a mulher:** Resgatar e implantar os serviços especializados previstos na Lei Maria da Penha e outras legislações (Abuso Sexual, Violência Sexual, Notificação Obrigatória da Violência, Feminicídio, Portarias do SUS); promover a assistência integral às mulheres e às meninas que sofrem violência sexual, a humanização do atendimento às vítimas e a implementação da cadeia de custódia; capacitar servidores sobre normativas do enfrentamento à violência contra a mulher.

g. **Saúde integral das mulheres:** Fortalecer as ações de atenção à saúde integral da mulher, com atendimento humanizado em todas as fases de seu ciclo de vida; fortalecer as ações que garantam os exercícios dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, o parto humanizado, abolindo a violência obstétrica, especialmente contra as mulheres negras e periféricas; reforçar e ampliar serviços de aborto legal e de atendimento humanizado para mulheres em processo de abortamento; garantir a plena efetivação do Plano Nacional de Saúde da População Negra.

h. **Autonomia econômica das mulheres:** Garantir a criação de mecanismos de igualdade de gênero nos cargos e salários na administração pública no exercício da mesma função; criar a rede de comercialização e valorização da produção econômica das mulheres.

i. **Educação para a igualdade:** Buscar a elevação da escolaridade e a erradicação do analfabetismo, pautando educação não sexista, não LGBTfóbica e não racista, de acordo com os marcos legais; Garantir o atendimento universal à educação infantil em horário ampliado e flexível para mães e pais com a construção de Umeis; implementar e fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade das temáticas: "História e Cultura Afro-Brasileira" e "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"; valorizar profissionais da Rede de Educação, garantindo capacitação sobre direitos humanos, relações de gênero e questões raciais/étnicas.

j. **Moradia:** Criar e implantar programas que garantam habitação digna, com a estrutura urbana adequada (creches, instituições escolares, saneamento e energia elétrica; realizar obras de saneamento em bairros e comunidades, melhorando as condições ambientais de moradia e facilitando a vida cotidiana das mulheres.

k. **Mobilidade e segurança cidadã:** Garantir boa iluminação pública nas vias públicas, para assegurar a locomoção das mulheres com mais segurança, evitando assaltos e estupros; implementar políticas de mobilidade para o cotidiano das mulheres que garantam melhoria das modalidades de transporte no sistema público municipal inclusive com a criação de ciclovias interligadas a outros modais.

l. **Cultura, esporte e acesso a espaços públicos: i**mplementar política cultural com vetores de combate às desigualdades sociais e a ocupação dos territórios e equipamentos públicos; Criar bibliotecas que funcionem como centros multiuso de encontro, convivência, formação e qualificação cultural e digital para todas; construir, reformar e ampliar equipamentos e espaços públicos para a prática de esportes.

m. **Comunicação:** Desenvolver campanhas pela igualdade de gênero, com temas como: divisão igualitária do trabalho doméstico, enfrentamento à violência no meio digital; combate à exploração e ao abuso sexual de meninas e mulheres; luta antirracista, lesbofobia e preconceitos de gênero e combate ao feminicídio.

4. Política habitacional[3]

O direito à moradia digna é reconhecido mundialmente, e por nossa Constituição também, mas está longe de ser garantido plenamente no Brasil. Hoje, praticamente 85% dos brasileiros moram nas cidades e enfrentam graves problemas de mobilidade, saneamento e habitação. Um quadro de desigualdade urbana que está entre os mais graves do mundo. A imensa informalidade urbana abrange muito além das favelas, incluindo loteamentos populares periféricos, ocupações organizadas, cortiços e outros tipos de assentamentos, lugares que concentram problemas como carência de infraestrutura, situações de risco ambiental (enchentes, desmoronamentos e outros) e condições insalubres aliadas a altíssimas densidades.

Os governos de Lula e Dilma promoveram um vasto arcabouço institucional no âmbito das políticas urbanas bem como grandes investimentos na política habitacional, como nunca antes vistos, especialmente via Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Com o golpe de 2016 fechou-se um ciclo de período democrático no Brasil, repercutindo no esvaziamento do arcabouço institucional construído e na retração drástica dos investimentos federais em política urbana e habitacional. Atualmente, como nas décadas de 80 e 90, as lutas urbanas vem se intensificando no nível local e os municípios brasileiros encontram-se diante do desafio de enfrentarem sozinhos o problema habitacional, formado pelo imenso contingente dos que têm dificuldade de acessar a moradia ou moram em condições inadequadas e indignas.

Às crises econômica, política, social, urbana e ambiental em curso no Brasil soma-se o desafio da crise sanitária decorrente da Covid. Tanto a pandemia que estamos vivendo como as enchentes do início deste ano atingiram de forma diferente as populações urbanas e deram visibilidade ao grande problema das desigualdades presentes em nossas cidades.

Em Belo Horizonte havia em 2010 cerca de 29,6 mil domicílios c/ ônus excessivo com aluguel, 4,5 mil domicílios com mais de 3 pessoas por dormitório, 2,2 mil domicílios sem banheiro e 2,3 mil domicílios sem acesso a abastecimento de água (FJP, 2013)[4].

Há várias iniciativas intensas e abrangentes promovidas pela sociedade organizada – movimentos, entidades, ONGs, comunidades – no sentido de apoiar essas populações durante a pandemia por meio de ações de diversas naturezas. Por outro lado, tem ficado clara a importância do papel do Estado nessas situações, tanto pelo desastre provocado pela omissão do governo federal como pela atuação positiva de alguns governos locais, sem falar na relevância do SUS de maneira geral e em especial neste momento.

Como referências importantes para o planejamento e a gestão local da questão da moradia em Belo Horizonte, cabe destacar dois instrumentos recentes, ambos resultantes de processos

[3] Ver documento do Coletivo Habite a Política: "Uma agenda para a política municipal de Habitação", 2020

[4] Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional no Brasil 2010, BH/2013.

que envolveram muita mobilização e participação de agentes públicos e sociais: o novo Plano Diretor, cujos dispositivos favorecem de forma destacada a política habitacional, e a Resolução LII / 2018 do Conselho Municipal de Habitação, que redefine diretrizes, critérios e programas para uma nova política habitacional.

Considerando o cenário descrito, apresentam-se as seguintes propostas e diretrizes para o novo governo municipal:

a. Promover a articulação com o planejamento e a gestão metropolitana, visando buscar soluções conjuntas de problemas comuns aos municípios da região.

b. Promover articulação com as políticas sociais e com as políticas urbanas, de modo a contribuir com o atendimento de grupos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social bem como um ordenamento territorial mais inclusivo na perspectiva da ampliação do acesso à terra urbanizada a custo acessível.

c. Contribuir para o cumprimento da função social da terra urbana, especialmente em áreas de habitação de interesse social, implementando os instrumentos contidos no Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei nº 11.181/2019)

d. Investir no fortalecimento das estruturas institucionais e de gestão democrática voltadas para a política habitacional.

e. Promover e ampliar a participação social nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens, equipamentos e serviços oferecidos, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local bem como estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias e a sustentabilidade das intervenções.

f. Promover alternativas diversificadas de acesso à moradia que garantam a habitação de interesse social de qualidade, adequada às demandas dos beneficiários e bem inserida na cidade.

g. Priorizar o atendimento das demandas habitacionais dos movimentos organizados de luta pela moradia, dos moradores de assentamentos de interesse social e da população em situação de rua.

h. Assegurar a abordagem integrada nos níveis interdisciplinar e interinstitucional em todos os programas e ações.

i. Priorizar a adoção da autogestão em todas as linhas programáticas da política habitacional, visando garantir o protagonismo dos grupos organizados.

j. Implementar serviços de assessoria e assistência técnica à habitação de interesse social, nos termos da Lei Federal 11.888/2008 e da política municipal de habitação, integrando serviços de arquitetura e urbanismo, engenharia, sociais e jurídicos.

k. Priorizar formas de atuação que propiciem a geração de trabalho e renda.

l. Promover uma política de financiamento e concessão de subsídios com recursos do Fundo Municipal de Habitação que seja compatível com o perfil e as demandas dos beneficiários.

m. Manter a Resolução LII atualizada e como referência para todas as ações da política habitacional.

O programa de governo endossa as propostas elaboradas a partir dessas diretrizes e contidas no documento do Coletivo Habite a Política: “Uma agenda para a política municipal de Habitação”, 2020

5. Mobilidade urbana

A mobilidade é uma função meio, que condiciona o acesso aos demais direitos. Está relacionada à distribuição das atividades no espaço da cidade e atrelada às possibilidades de escolha de cada modo de deslocamento, a partir das necessidades, da disponibilidade de recursos financeiros e das condições de conforto, segurança e tempo dispendido. Essa escolha, portanto, é influenciada em grande parte pelas políticas públicas locais, no direcionamento dos recursos para infraestruturas e serviços.

O modelo, ainda vigente em Belo Horizonte, que tem o transporte individual motorizado como o centro das políticas públicas, é excludente para a maioria dos cidadãos, além de produzir efeitos negativos pelo consumo de espaço e de energia, pela poluição atmosférica, pelos gases de efeito estufa e pelos feridos e mortos no trânsito.

A alteração desse modelo, na direção de uma mobilidade inclusiva e sustentável, requer uma forte integração da política de mobilidade urbana com as demais políticas públicas de desenvolvimento econômico, uso e ocupação do solo, habitação, saneamento e meio ambiente.

As propostas apresentadas a seguir para a Mobilidade urbana consideram como diretrizes: a promoção da equidade no acesso à cidade; a democratização do uso do espaço público; a Inclusão e redução das desigualdades sociais; a acessibilidade universal; o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; a segurança nos deslocamentos das pessoas e a gestão democrática e controle social.

a. Transporte coletivo de qualidade, como direito social

- Implantar medidas de prioridade ao transporte coletivo, com destaque para vias e faixas exclusivas, em todos os principais corredores de transportes;
- Revisar a rede do transporte coletivo buscando atender as necessidades dos usuários a partir de discussões em comissões regionais de transporte;
- Revisão da política tarifária, com controle social, no sentido de redução das tarifas pagas pelos usuários;
- Revisar a forma de contratação dos serviços, no sentido de retomar a gestão da oferta para o poder público municipal, como como Serviço Público;
- Gerir o sistema de Transporte Coletivo como Serviço Público impondo às empresas uma fiscalização eficiente;
- Implementar ações de fortalecimento do Transporte Suplementar, fazendo com que o serviço seja viável economicamente e possa ser uma alternativa real para os usuários do Transporte coletivo;
- Garantir condições dignas de trabalho para motoristas e cobradores;
- Identificar fontes de financiamento e construção gradativa das condições para implementar a Tarifa Zero;

- Buscar a integração metropolitana de forma a obter melhor atendimento à população, evitar a sobreposição de linhas, racionalizar custos e praticar tarifa única e integrada - Bilhete Único Metropolitano;
- Trabalhar em conjunto com o planejamento urbano de BH, fazendo com que o Transporte Coletivo seja Indutor do desenvolvimento e crescimento urbano;
- Buscar recursos e compromissos junto aos governos estadual e federal para viabilizar a continuidade da implantação do Metrô.
- Regulamentar os serviços de aplicativos de transporte.

b. Promoção do transporte ativo

- Redes de caminhabilidade: instituir programa de tratamento das calçadas e das travessias, com acessibilidade universal, iluminação pública e arborização, interligando as centralidades, os terminais e os corredores de transportes;
- Ruas completas: garantir que os projetos viários contemplem espaços adequados para o transporte coletivo, pedestres e ciclistas, iluminação pública, arborização e paisagismo;
- Zonas 30 e vias de pedestres: Ampliar as vias e áreas dedicadas exclusivamente aos pedestres e ciclistas e as vias compartilhadas, com velocidades até 30 km/h;
- PLANBICI BH: implantar o Plano de mobilidade por bicicleta de Belo Horizonte, elaborado pelos ciclistas e que contempla a implantação de ciclovias e ciclofaixas, construindo redes contínuas; infraestrutura de apoio aos ciclistas, como paraciclos e bicicletários; integração da bicicleta com o transporte coletivo, com soluções de transporte da bicicleta nos ônibus; sistema de bicicletas compartilhadas e integração ao sistema de transporte coletivo e táxi.

c. Acessibilidade Universal em todos os equipamentos de uso coletivo

- Implementar ações para garantir a acessibilidade universal na infraestrutura de calçadas e travessias, com prioridade para as centralidades, corredores de transporte coletivo e no acesso e nas proximidades de equipamentos de saúde, de educação e de assistência social e culturais;
- Implementar ações para garantir a acessibilidade universal nas edificações públicas e de uso coletivo e nos estacionamentos.

d. Logística Urbana

- Incrementar a implementação de soluções de logística urbana, já discutidas para a cidade, com integração metropolitana, trazendo soluções sustentáveis como Centro de Distribuição de Mercadorias, Postos de entrega, entrega de último quilômetro, entre outras.

e. Redução do número de vítimas do trânsito

- Instituir o programa municipal de segurança no trânsito conhecido mundialmente como “visão zero”, previsto no Plano Diretor de 2019, com vistas a zerar até 2030 o número de mortos em acidentes de trânsito, usando como indicador o número de óbitos ocorridos em até 30 (trinta) dias após o acidente e a ela relacionados;
- Investir na educação para a mobilidade, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de construir uma cultura cidadã de comportamento seguro e sustentável na mobilidade urbana.

f. Redução dos impactos ambientais e excludentes do sistema de mobilidade urbana

- Substituir gradativamente a frota municipal de ônibus por veículos com acessibilidade universal, como determina a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e com utilização apenas de combustível não fóssil.

g. Gestão democrática e controle social

- Garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (COMURB-BH) dando-lhe caráter deliberativo e fortalecer as Comissões Regionais de Transportes e Trânsito (CMTT).

6. Política ambiental

Em uma conjuntura que impede qualquer agente público com bom senso de negar as consequências do consumo exagerado, das mudanças climáticas e do modo de produção nocivo predominantes no mundo todo, é urgente estabelecer um processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana. Este processo deve ser catalizador de um modo de produção com baixa emissão de carbono, bem como integrador de políticas públicas que prezam a garantia e a soberania do ar, da água, dos minérios, da fauna e flora, respeito aos povos originários e tradicionais, a segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, garantindo a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos. Nesse contexto, o PT propõe um processo que denomina "Transição Ecológica"[5] como eixo articular da gestão municipal, amadurecendo as políticas públicas a partir dos princípios da sustentabilidade. Para que o objetivo seja atingido, é fundamental que os governos estejam alinhados aos debates mais avançados em termos de políticas públicas. Por isso, acordos internacionais como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris, o Marco de Sendai e a Nova Agenda Urbana da ONU servem como guia, sempre com o cuidado de garantir os compromissos do PT com, a sociedade brasileira e sua base.

Nesse contexto, são apresentadas as propostas para a gestão 2021-2014 baseadas nas seguintes diretrizes: garantir a gestão sustentável dos recursos naturais, de forma a proteger e qualificar o ecossistema urbano, reduzir as emissões de gases de efeito estufa – GEE e a poluição do ar e promover a gestão e redução de risco de desastres, concomitantemente à promoção do desenvolvimento, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e de suas metas, inclusive o ODS 11 de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; proteger, conservar, restaurar e promover os ecossistemas, água, habitats naturais e biodiversidade; minimizar os impactos ambientais e migrar para padrões de consumo e produção sustentáveis; valorizar de forma sustentável o patrimônio natural, recuperar áreas degradadas e aumentar espaços verdes.

a. Gestão administrativa sustentável

- Pautar as ações na busca da eficiência econômica e ambiental em todos os processos, adotando padrões rígidos de redução do uso de insumos e de energia, tais como o consumo de papel, a instalação de células fotovoltaicas nos próprios municipais e abastecimento dos veículos utilizados pela administração pública com álcool.

[5] Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores. *Transição Ecológica e Políticas Ambientais*. São Paulo, 2020

- Instituir procedimentos de compras públicas sustentáveis, incorporando parâmetros de avaliação do processo produtivo ambiental e socialmente adequados;
- Reestruturar os órgãos municipais de gestão ambiental (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica e unidades de Fiscalização) e recompor equipes técnica, administrativa e operacional para responder adequadamente às funções de planejamento, regulação, licenciamento e gestão ambientais.

b. Cidade de baixo carbono

- Incentivar a mitigação de impactos ambientais sobre as águas, os solos e a atmosfera, e evitar a produção de impactos permanentes nas fases de implantação e operação dos empreendimentos, assim como instrumentos de neutralização de emissão de carbono para os grandes eventos;
- Ampliar parcerias com os atores sociais para implementação de práticas e iniciativas de inovação tecnológica que impliquem ganhos socioambientais;
- Priorizar a aplicação dos recursos públicos na melhoria do transporte público, especialmente na ampliação do metrô e do MOVE, e no investimento em uma frota menos poluente;
- Incentivar/exigir veículos de menor impacto ambiental, sobretudo quanto a emissão de GEE – Gases de efeito estufa, no sistema de transporte coletivo, táxi e escolar
- Ampliar o número de ciclovias e estimular sistemas de compartilhamento de bicicletas e sua integração ao sistema de transporte coletivo;
- Estabelecer incentivos fiscais, como o IPTU ecológico, para ações exercidas por particulares que contribuam para a redução de gastos da Administração Pública com a redução de riscos, preservação e recuperação ambientais

c. Construindo uma sociedade sustentável e cidadã

- Ampliar a vegetação de belo horizonte com plantios nas áreas públicas e privadas, estímulo de recuperação dos quintais e práticas relacionadas à agroecologia;
- Desenvolver e implementar programa de proteção e cuidado dos animais que compõem a fauna urbana;
- Desenvolver um amplo programa de educação ambiental, contemplando todos os aspectos relacionados à gestão ambiental e a mudança do clima, inclusive incentivando a redução da geração de resíduos, a reutilização e reciclagem.
- Tornar a educação ambiental um tema permanente na rotina dos estudantes das escolas municipais por meio de programas tais como, o EcoEscola ou outros programas de educação desenvolvidos pela Prefeitura.
- Revitalizar e ampliar a rede dos CEVAEs - Centros de Vivência Agroecológica do município;

d. Proteção, conservação e uso sustentável do patrimônio natural

- Priorizar políticas de proteção e gestão das Áreas Protegidas que incluem tanto Unidades de Conservação como suportes para as políticas de serviços ambientais;

- Incentivar a criação e implementação de reservas particulares e proteger áreas prioritárias para a conservação e recuperação da biodiversidade;
- Ampliar a política de preservação das águas, assegurando qualidade e quantidade, com proteção, manejo adequado e envolvimento da comunidade, inclusive na proteção de mananciais da Região Metropolitana que abastecem o município;
- Fortalecer e ampliar a recuperação da Lagoa da Pampulha com ações em toda sua bacia hidrográfica e em parceria permanente com a Prefeitura de Contagem, Copasa, demais entidades atuantes na região e com a participação da comunidade
- Cuidar dos parques, praças e áreas verdes distribuídas em todo o território, com garantia de acessibilidade, de segurança e infraestrutura de lazer, recreação e de esportes, priorizando aqueles de comunidades mais pobres.
- Consolidar o plano diretor de arborização pública e implementar práticas que ampliem o quantitativo de árvores plantadas e reduzam os riscos de acidentes e conflitos com os demais usos urbanos;
- Construir inventário da flora e fauna do município, incluindo registros de dados históricos e elaborar plano municipal de recuperação e preservação de espécies ameaçadas;
- Consolidar a implantação da rede de áreas de estruturação ambiental prevista no Plano Diretor Municipal, integrando conexões verdes de corredores viários e conexões de fundo de vale.
- Incentivar a utilização de lotes vagos e vazios urbanos para implantação de hortas comunitárias e/ou pontos de coleta de resíduos orgânicos para compostagem
- Ampliar o Programa Adote o Verde para a conservação de áreas verdes, praças e jardins públicos com a parceria da sociedade civil e do setor empresarial

e. Planejamento urbano ambientalmente sustentável

- Integrar os instrumentos de planejamento e regulação urbanística à necessária promoção da qualidade ambiental, seja através de mecanismos de compensação àqueles que implementem e mantenham áreas verdes, seja através do aumento da oferta de praças, parques e áreas verdes que possam ser acessados com facilidade e em curto espaço de tempo (Cidade 15min: que todos possam acessar os equipamentos com deslocamentos de, no máximo, 15mim);
- Incentivar a utilização de instrumentos de edificações sustentáveis, visando reduzir o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos no processo produtivo e aumentar a eficiência em relação ao consumo de água e de energia durante a vida útil da edificação;
- Ampliar as ações de recuperação integrada de áreas degradadas – recuperação de fundo de vale, proteção de encostas, coleta e destinação de esgoto e de resíduos sólidos e reassentamento da população afetada – tais como aquelas praticadas nos Programas Drenurbs e no Vila Viva.

7. Saneamento

a. Da política de saneamento:

- Garantir a continuidade da Política Municipal de Saneamento: revisão participativa do Plano Municipal de Saneamento, participação social no Conselho Municipal de Saneamento e transparência no aporte e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento
- Reconhecer e garantir o saneamento básico como um direito de todo cidadão, considerando os componentes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos e drenagem urbana.
- Reconhecer a Copasa como um bem público do povo mineiro, sendo inaceitável sua privatização, conforme já expresso no contrato de concessão do município com a empresa.
- Posicionar o Município de Belo Horizonte como contrário à privatização dos serviços de saneamento, visto os obstáculos à atuação do município enquanto poder concedente, os riscos reais de redução do controle social sobre os serviços, especialmente no que tange ao atendimento a populações de maior vulnerabilidade social.

b. Eficiência no controle de perdas e política inclusiva no uso da água

- Proibir a suspensão do fornecimento de água a usuários de tarifa social devido à inadimplência no território municipal.
- Monitorar a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, exigindo o cumprimento da prestação dos serviços à TODA A POPULAÇÃO do município, ainda que mediante a adoção de Soluções Alternativas Coletivas (SAC);
- Construir uma política, com base no direito humano à água, para o combate às ligações clandestinas, com uso de mecanismos legais e equipamentos que assegurem a oferta de um volume mínimo de água para satisfazer as necessidades básicas das pessoas, enquanto se identificam as soluções técnicas, econômicas e legais aplicáveis a cada caso verificado de ligação não-oficial de água.
- Monitorar a inclusão das famílias de baixa renda (inscritas no Cad Único ou beneficiárias do BPC) na categoria residencial social da COPASA.
- Estabelecer com a Copasa programa de combate a perdas de água (perdas decorrentes de vazamentos, submedições, imprecisões de leituras)
- Implantar, juntamente com a Copasa, campanhas constantes para o uso racional da água.
- Ampliar a política de preservação das águas, assegurando qualidade e quantidade, com proteção, manejo adequado e envolvimento da comunidade, inclusive na proteção de mananciais da Região Metropolitana que abastecem o município;

c. Combate à poluição pelo esgoto

- Atuar, junto à Copasa na definição de metas de redução de emissão de poluentes das estações de tratamento de esgoto.
- Aprimorar a gestão compartilhada entre Município e Copasa para atuar na identificação e solução dos problemas de lançamento de esgoto em redes pluviais.
- Garantir a universalização da coleta e tratamento do esgoto gerado em Belo Horizonte, antes do término do atual contrato de concessão.
- Reforçar junto à Copasa a necessidade e a urgência de universalizar os serviços de coleta e tratamento dos esgotos, de maneira a despoluir os córregos e ribeirões de BH, para que voltem a ter vida e possam se tornar espaços de lazer e aprendizado
- Estabelecer um canal de planejamento, acompanhamento e aferição de qualidade dos serviços da Copasa na recomposição de pavimentos, passeios e outras áreas públicas, decorrentes de serviços nas redes de água e esgoto bem como de programa de manutenção preventiva em redes e adutoras.
- Fazer gestões junto à Copasa para que reforce as equipes e campanhas de educação ambiental, visando o máximo de adesão aos sistemas implantados de esgotamento sanitário, ao mesmo tempo em que se responsabilize pela solução das ligações factíveis.

d. Resíduos Sólidos

- Aumentar o número de bairros atendidos por coleta seletiva porta a porta e implantar coleta seletiva em todos os estabelecimentos do ensino público municipal
- Desenvolver projeto específico para viabilização de coleta seletiva em Zonas/Áreas Especiais de Interesse Social (ZEIS/AEIS)
- Desenvolver um programa de incentivo à instalação de Ecopontos para logística reversa em supermercados, visando o recolhimento de materiais recicláveis por estes
- Ampliar o número de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs)
- Elaborar e implementar, com a participação dos grandes e médios geradores de resíduos orgânicos, um plano de ações com metas para gestão, redução e destinação adequada dos resíduos orgânicos
- Exigir a elaboração e fiscalizar a implementação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, para que incorporem a elaboração de projetos sustentáveis, a redução do desperdício de materiais na obra, o uso de materiais reciclados, a reciclagem dos resíduos gerados na construção, consumo de energia e de água, entre outros.
- Criar o Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem e Inserção Produtiva de Catadores
- Desenvolver alternativas para geração de renda com atividades relacionadas ao saneamento.

e. Drenagem urbana:

- Dar continuidade ao Programa Drenurbs: adotar nos projetos de novas intervenções em fundos de vale, o conceito da manutenção dos leitos naturais, parques lineares e bacias de contenção.

- Implantar robusto programa de manutenção preventiva nos canais abertos, cursos d'água canalizados e sistemas de microdrenagem.
- Monitorar os pontos de inundação com a participação de moradores locais e reforçar os instrumentos de comunicação e informação à população.
- Melhorar o controle da vazão através de variadas ações de detenção nas bacias hidrográficas urbanas, das nascentes até a foz, visando diminuir os riscos de inundação; nos casos onde esta intervenção não for possível, aumentar a seção dos canais, retirando famílias quando necessário.
- Recuperar e revitalizar nascentes e córregos ainda não canalizados - Tratamento de Fundo de Vale – principalmente aqueles localizados nas cabeceiras das bacias hidrográficas urbanas;
- Ampliar a utilização de tecnologias alternativas de detenção e infiltração de águas em áreas públicas, como por exemplo os "jardins de chuva" em passeios e praças;
- Incentivar a ampliação de áreas permeáveis nos terrenos, além do mínimo exigido (por exemplo, compensar a outorga de potencial adicional construtivo por aumento de área permeável), assim como incentivar a adoção de tecnologias alternativas de detenção e infiltração de águas em lotes e terrenos.
- Retomar as obras que o PAC iniciou e buscar investimentos federais para as obras de drenagem e contenção de encostas, além ofertar unidades habitacionais para reassentamento de famílias em área de risco

8. Áreas de risco geológico[6]

A geologia nas suas várias especialidades tem importância crucial no desenvolvimento urbano, especialmente no contexto atual de maior incidência de eventos climáticos extremos. Secas prolongadas ou tempestades severas, com elevada precipitação pluviométrica concentrada em curto período de tempo, aumentam o risco de desastres naturais e desafiam as administrações públicas municipais.

Em Belo Horizonte, são várias as modalidades de eventos e processos vinculados ao risco geológico, destacando-se: escorregamento, inundação, erosão de encostas e assoreamento de córregos, acidentes associados a escavações e, por fim, poluição da água subterrânea. Escorregamento e inundação são os principais eventos, em termos de distribuição no território e número de acidentes a eles relacionados.

As propostas aqui apresentadas procuram estabelecer objetivos comuns com o documento elaborado pela Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT intitulado *"Transição Ecológica e Políticas Ambientais: contribuições para os municípios brasileiros."*

a. Atualizar e disponibilizar para consulta pública o "Mapa Geotécnico e a Mapa de Predisposição ao Risco Geológico", incluindo a atualização das áreas susceptíveis ao risco e a elaboração de propostas para a recuperação ou reabilitação dessas áreas.

[6] Ver documento "Propostas da área de geologia para o Programa de Governo Municipal do PT". Grupo de profissionais e professores de Geociências de Belo Horizonte, 2020.

b. Para as áreas de risco de deslizamentos e manter monitoramento constante, recuperar a gestão de proximidade com os moradores, criando e capacitando comissões locais e fortalecendo a rede de alerta.

c. Promover a cooperação geocientífica entre a administração pública municipal e as universidades e entidades tecnocientíficas com a finalidade de expandir a interface geociências-políticas públicas, produzindo e analisando dados que respaldem a tomada de decisões na gestão do risco geológico.

d. Realizar continuamente a capacitação de servidores públicos que atuam com gestão e redução do risco. Promover oficinas, cursos e outras atividades com comunidades e técnicos para treinamento de moradores no reconhecimento e registro de sinais de instabilidade no terreno.

e. Fomentar o desenvolvimento e o uso de tecnologias socioambientais colaborativas para conhecimento do risco geológico, para monitoramento, prevenção e redução do risco, inclusive fortalecendo os segmentos produtores de conteúdos digitais interativos para as populações dos diferentes territórios

f. Apoiar a incorporação, na educação formal e não-formal, de conhecimento sobre risco geológico, incluindo tipos de risco, distribuição no território, prevenção, mitigação, redução, recuperação e reabilitação.

g. Valorizar as funções educativas e geoturísticas da geodiversidade do território de Belo Horizonte, incluindo, por exemplo, o apoio à realização de oficinas sobre o tema nos parques; à elaboração de roteiros urbanos para apreciação de elementos da geodiversidade; à elaboração/construção de "geotecas" nas escolas com amostras de rochas e à produção de cartilha ou material informativo para escolares.

h. Apoiar a implementação de Programa de Assessoramento à Autoconstrução nos territórios populares, visando à segurança habitacional, evitando problemas construtivos e de geração de risco.

i. Implantar parques nas encostas côncavas de alta a média declividade, áreas de elevada predisposição ao risco de escorregamento e erosão.

j. Reabilitar uma das 36 cavidades de pedreiras desativadas para constituir museu a céu aberto com o resgate do papel das rochas na edificação da cidade e o processo histórico de produção da brita e de rochas para construção (museu da brita).

k. Realizar disposição controlada e tecnicamente projetada para a recuperação de áreas com voçorocas ou com ravinas profundas com utilização de resíduos da construção civil brutos ou semi-brutos, evitando-se o gasto com a reciclagem destes entulhos, quando for o caso.[7]

l. Investir, desenvolver, manter e fortalecer sistemas de previsão e alerta precoce de acidentes, focados nas pessoas, promovendo a aplicação de equipamentos e

[7] - SANTOS, A. R. – Graves Problemas de Infraestrutura das Cidades Brasileiras – Cartilha Técnicas Para Novos Prefeitos e Vereadores. Documento em pdf com 39 páginas, cedido pelo autor.

instalações de alerta simples e de baixo custo; criar e capacitar comissões locais fortalecendo a rede de alerta.

m. Para promover a segurança hídrica de Belo Horizonte, fazer gestões junto à Copasa para perfurar e manter bateria de poços para captação de água subterrânea do aquífero situado na zona lindeira ao sul do município, visando o abastecimento alternativo de pelo menos 30% da população nos períodos de estiagem.

9. Saúde

a. Financiamento:

- Promover mobilizações juntamente com os Conselhos de Saúde, Parlamentares e Movimentos Sociais para que seja revogada a EC 95 que congelou os gastos com saúde por 20 anos;
- Garantir o investimento dos recursos próprios do tesouro municipal, de modo a manter adequadamente o funcionamento dos serviços e ações de saúde;
- Cobrar do Governo do Estado o percentual de 12% de gastos com a Saúde, contribuindo com as discussões, para que a distribuição dos recursos no Estado seja justa e transparente.

b. Atenção Primária à Saúde

- Fazer esforços para potencializar a Atenção Primária à Saúde para que ela alcance cada vez mais uma de suas finalidades que é a Coordenação do Cuidado. Para tal, a ampliação da cobertura no município para 100% da população, bem como e a diminuição do número de pessoas sob responsabilidade de cada equipe para 3000 pessoas, conforme PORTARIA MS nº 2.355, de 10 de outubro de 2013, chegando a 2000 pessoas em áreas vulneráveis segundo critérios definidos nos pactos de gestão.

c. Saúde Bucal

- Assegurar a integralidade do cuidado em saúde bucal e buscar recursos para ampliar o número de ESB (Equipes de Saúde Bucal), garantido assim o acesso o acesso da população às ações de proteção, promoção, prevenção e recuperação.

d. Assistência Farmacêutica

- Inaugurar e possibilitar o pleno funcionamento da Farmácia Viva BH na Upa Norte imediatamente;
- Manter e ampliar o abastecimento e o fornecimento de medicamentos nas unidades de saúde do município;
- Fazer a discussão e viabilizar recursos para a presença de profissionais de nível médio e farmacêuticos nas farmácias dos Centros de Saúde .

e. Atenção Especializada e Assistência Hospitalar

- Ampliar a oferta de consultas e exames especializados no SUS através de concurso público de médicos especialistas e convênio/contrato com prestadores de serviços, promovendo maior integração destes serviços com a atenção primária, construindo o trabalho em Rede e o cuidado integral aos usuários;

- Analisar a necessidade de leitos do município, levando em consideração a população própria e a população dos municípios que possuem pactuação com Belo Horizonte, estabelecendo diálogos com os fóruns bipartite e tripartite de decisão do SUS, buscando viabilizar recursos, de modo a garantir o acesso dos usuários aos leitos hospitalares em tempo oportuno.

f. Saúde Mental

- Afirmar sempre os princípios da Reforma Psiquiátrica e tecer ações concretas que garantam uma vida digna para os usuários da saúde mental. Ampliar os serviços substitutivos ao manicômio;
- Implantar 2 residências transitórias para acolhimento aos usuários de álcool e outras drogas e 4 consultórios de rua.

g. Saúde da Mulher e Saúde Perinatal

- Implementar as diretrizes de humanização e qualificação do parto e nascimento que promovam mudanças no modelo de gestão da rede materna e infantil em todas as maternidades;
- Abertura da maternidade Leonina Leonor como maternidade de baixo risco ou Centro de Parto Normal;
- Reforçar a Rede de Enfrentamento da Violência, doméstica e sexual, com a implementação do Protocolo de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual.
- Qualificar a atenção na Atenção Primária em Saúde para adolescentes, mulheres, gestantes, puérperas, em especial a atenção às mulheres vulnerabilizadas, com o reforço da linha de cuidado integral e sua interface da rede de apoio social, assegurando os direitos e a autonomia das mulheres à saúde sexual, à saúde reprodutiva, à maternidade e abordagem integral da saúde e qualidade de vida.
- Desenvolver ações de qualificação e humanização da atenção ao abortamento com abordagem de redução de danos do aborto em condições inseguras
- Valorizar e ampliar as ações de saúde sexual e reprodutiva da juventude focando também na prevenção de IST e HIV/AIDS

h. Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência

- Desenvolver estratégias para garantia dos direitos de cidadania das pessoas portadoras de deficiência, possibilitando a melhoria da acessibilidade nas unidades de saúde;
- Ampliar a oferta de ações de reabilitação com o efetivo funcionamento do CREAB do Barreiro.

i. Saúde do Trabalhador

- Promover cursos de formação sobre Saúde do Trabalhador para profissionais de saúde da rede SUS (BH e área de abrangência) e para entidades representantes de trabalhadores (as) - sindicatos, associações, comissões por local de trabalho;
- Ampliar o atendimento de usuários vítimas de acidentes de trabalho e de doenças relacionadas ao trabalho (doenças profissionais e doenças do trabalho), em todos os níveis de atenção do SUS, promovendo tratamento e reabilitação.

j. Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

- Reafirmar a aliança da Gestão com os TRABALHADORES DA SAÚDE, reativando os colegiados e a gestão participativa na SMSA, estabelecendo pactos solidários entre e para os vários atores do SUS, fortalecendo os espaços colegiados locais de diálogo com os trabalhadores sobre as relações, diretrizes do cuidado em saúde e processos de trabalho;
- Implantação de estratégias para valorização do trabalho em saúde com aperfeiçoamento e melhoria da ambiência, condições de trabalho e processos de educação permanente

k. Controle Social

- Resgate e valorização dos fóruns de participação popular e de controle social como espaços políticos estratégicos fundamentais do processo de debate e deliberações de diretrizes para o SUS-BH.

l. Vigilância à Saúde, Promoção e Intersetorialidade

- Desenvolver planos de promoção e prevenção que entrelaçam os setores urbanos e sociais e a sociedade em redes solidárias podem construir políticas que de fato humanizem e transformem a vida da população, especialmente a mais vulnerável, entre as quais: crianças e idosos, mulheres vítimas de violência doméstica, o uso abusivo de álcool e outras drogas, o envelhecimento sem qualidade de vida, as doenças cardiovasculares e seus fatores de risco como o sedentarismo e a obesidade, a asma infantil, e outras de interesse dos usuários.

m. Sobre o COVID:

A pandemia escancarou o gigantismo do SUS em BH fruto da resistência dos trabalhadores e dos legados de governos democráticos e populares em anos anteriores. Mas também apontou dificuldades no que diz respeito as ações de vigilância em saúde e testagem populacional por amostra para compreender a rota do vírus e assumir medidas de proteção social e ações em saúde para mitigar os efeitos da pandemia. Mas mostrou também:

- a desigualdade existente em nossa cidade: quem mais interna e morre pelo COVID são os negros residentes em áreas de maior vulnerabilidade;
- a precarização do trabalho e a insuficiência do transporte coletivo e as grandes desigualdades relacionadas as condições de moradia;
- a não abertura do Comitê de Enfrentamento ao COVID para a representação da sociedade civil, especialmente da população residente em vilas e favelas; isto teria o objetivo e entender as necessidades da população, possivelmente não restrita a cestas básicas e fundamentalmente para consolidar parcerias com a população no sentido de otimizar o isolamento social;
- que o estabelecimento de políticas inclusivas para mulheres, negros e negras, pessoas residentes em vilas e favelas, moradores de rua, idosos residentes e asilos e tantos outros grupos se coloca para um rumo novo na nossa cidade;
- que aprofundar a democracia em cada canto de nossa BH é o que devemos insistentemente praticar;
- que acesso a políticas públicas de educação, assistência social, trabalho e renda, moradia e saneamento e transporte coletivo são caminhos a trilhar;

- que a depredação das florestas acaba por matar hospedeiros do vírus fazendo surgir estas epidemias e sobretudo matar nossos índios; proteger o meio ambiente é nossa obrigação;
- que a luta em Defesa do SUS é a luta em Defesa da Vida
- que um novo mundo e uma nova BH devem ser com determinação e coração aberto para a população.

10. Educação

A sociedade não é mais a mesma e não será pós pandemia, a escola também não. O nosso desafio é construir conjuntamente uma escola que possa atender a todos estudantes de maneira respeitosa, inclusiva e empática. A educação sempre foi o maior instrumento de superação de desigualdades e neste momento em que as desigualdades se tornam cada vez mais gritantes, valorizar a educação e preservar a vida.

Nesse contexto, as propostas a seguir se tornam cada vez mais

a. Assegurar o acesso e permanência de todas as crianças e adolescentes de 4 a 15 anos garantindo o direito a educação.

b. Garantir o atendimento das crianças de 0 a 3 anos em horário integral ou parcial de acordo com a necessidade da família.

c. Garantir o acesso aos estudantes da EJA respeitando as especificidades e as necessidades de cada comunidade escolar.

d. Garantir as condições adequadas para o atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

e. Fortalecer e ampliar a matriculas na Escola Integrada e Escola Aberta.

f. Garantir o programa de alimentação escolar comprometido com a alimentação saudável e de qualidade.

g. Garantir o acesso a equipamentos e internet para todos os estudantes da rede municipal.

h. Incluir a educação digital no currículo educacional através de plataformas digitais públicas que respeitem as diretrizes educacionais estabelecidas pelo SMED/PBH e construídas junto aos educadores da rede municipal.

i. Valorizar os educadores assegurando o plano de carreira, oferecendo formação em serviço, garantindo o piso nacional por 22:30 de trabalho e mantendo o diálogo permanente com a categoria.

j. Garantir a educação pautada no reconhecimento da diversidade racial, de gênero, religiosa, no respeito à liberdade de expressão, no conhecimento cientifico e na produção artística e cultural da população de Belo Horizonte.

k. Criar centros regionais com profissionais da educação, saúde e assistência para apoiar crianças com necessidade de atendimento para superação dificuldades de aprendizagem.

l. Criar comissão intersetorial local para formação de rede de apoio à escola

m. Garantir e fortalecer os espaços de participação da comunidade escolar através dos colegiados escolares, assembleias e fóruns de família escola locais, regionais e da cidade.

11. Cultura

Uma cidade inclusiva exige que se garanta às pessoas não só uma baixa taxa de violência, um bom sistema de saúde, uma rede escolar eficaz, mas também o prazer do contato com as ciências, as artes e a literatura. Essa experiência proporciona uma visão de mundo mais ampla, mais criativa, mais livre e, por isso mesmo, enriquecedora. Fazer a gestão da politica cultural de Belo Horizonte exige o planejamento de ações que possibilitem a todos o acesso aos bens culturais e a participação no processo criativo.

Eixos programáticos para o governo Nilmário Miranda – Luana de Souza:

a. Formação e capacitação cultural: propiciar oficinas, cursos, workshops, educação patrimonial, seminários em artes plásticas, circo, dança, teatro e musica, visitas a espaços culturas a frequência a espetáculos artísticos; oferecer oportunidades para crianças, jovens e adultos o desenvolver a criatividade, revelar seus talentos, buscar alternativas profissionais e conquistar espaços de convívio social. Construir alternativas para o exercício dessas atividades num contexto de pandemia que deve se estender e se reproduzir.

b. Difusão cultural: promover circuitos e mostras culturais, festivais variados, exposições fixas e itinerantes, atividades em bibliotecas, circuitos de vídeo, projetos de música e outros para possibilitar à população de Belo Horizonte acesso a uma diversificada programação artístico-cultural, com entrada gratuita ou preços populares, priorizando as regiões mais periféricas; construir editais de recursos que favoreçam a diversidade cultural, priorizem a juventude e propiciem a descentralização das atividades.

c. Valorização do patrimônio e das identidades culturais: consolidar inventários do patrimônio construído, aprofundar pesquisas, publicações, vídeos e jogos educativos para a educação patrimonial e ampliar a oferta de atividades nos equipamentos culturais do município.

d. Manutenção e qualificação dos equipamentos culturais do Município: buscar parcerias e destinar recursos próprios para manter e equipar os museus,

teatros, bibliotecas, arquivo e centros culturais para dar alcance à política cultural do município.

e. Democratização e desburocratização do uso de espaços públicos para a realização de atividades culturais.

f. Reconhecimento da cultura, turismo e esportes como tripé que dinamiza a economia criativa com grande potencial para a criação de novos mercados geradores de emprego e renda; desenvolver iniciativas que favoreçam o incremento dessas atividades.

12. Juventudes

O cenário onde a juventude brasileira está inserida, é marcado pela violência e ausência de garantia de direitos, com alto desemprego e baixa renda. O cenário em Belo Horizonte não é diferente.

Além do precípuo direito à vida e dos direitos relativos ao trabalho e renda, verifica-se a violação sistemática dos direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude, sendo cada vez mais parcos os investimentos em política cultural direcionada a este segmento. É preciso construir e consolidar políticas que ampliem as possibilidades de geração de renda, acesso à educação, saúde e cultura, livre expressão de sua sexualidade e o combate ao racismo e outras formas de discriminação, alinhando-se a uma política de segurança cidadã que encare a juventude como sujeito de direitos e não como inimigo.

Assim, são apresentadas as seguintes propostas:

a. Promover o Ensino Integral com a oferta de educação tecnológica e profissionalizante, e de educação cultural, desportiva e cidadã;

b. Buscar a promoção da Educação de Jovens e Adultos, a erradicação do analfabetismo e construir políticas de apoio complementares no acesso ao ensino superior.

c. Promover o acesso ao estágio, jovem aprendiz e ao primeiro emprego;

d. Viabilizar a construção de centros de referência para atendimento de jovens mulheres, LGBTs, negros e negras, quilombolas, indígenas, juventude em situação de rua;

e. Viabilizar espaços e parcerias que incentivem a economia criativa e ofereçam oportunidades a jovens iniciantes e também referências na cena cultural.

f. Construir editais de cultura específicos para a juventude, priorizando atividades em áreas periféricas;

g. Fortalecer um programa de primeiro emprego para os jovens;

h. Construir Fóruns Comunitários de Juventude, nas periferias, articulados ao Conselho Municipal de Juventude, para incentivar a participação local das juventudes e fortalecer a intersetorialidade das políticas sociais.

i. Implementar o Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade Juvenil, elaborado pelo Conselho Municipal de Juventude.

13. Governança e participação democrática

O PT assegurou, em suas experiências de governo, a primazia do Estado na condução das políticas públicas. Para isso, foi necessário investir na capacidade do Estado para realizar o planejamento e a gestão das políticas públicas, criando canais de participação na sua formulação, monitoramento e controle social.

Essa tarefa é ainda mais importante na conjuntura atual, na qual o governo federal tem trabalhado obstinadamente na implementação de uma agenda de Estado Mínimo, que tem como resultado a redução de políticas públicas fundamentais para a população brasileira, especialmente os mais pobres. A extinção dos espaços de participação social, conselhos, comitês, fóruns representa um ato deliberado de autoritarismo que se soma ao desrespeito à Constituição e aos demais poderes, numa ameaça permanente à democracia. Em Belo Horizonte, embora o retrocesso não tenha sido tão aprofundado quanto nos governos federal e estadual, houve um significativo esvaziamento das instâncias participativas, o que precisa ser revertido.

O fortalecimento do papel governamental da Administração Pública de Belo Horizonte pressupõe enfrentar o desafio de instituir um novo modelo de gestão na administração pública, em seus diversos níveis. Este novo modelo deve ter como principais diretrizes:

a. Fortalecer a gestão democrática, restaurando a regularidade e papel deliberativo dos diversos conselhos de políticas públicas e das Conferências Municipais Temáticas e reintroduzindo o processo de Orçamento Participativo;

b. Garantir uma gestão ética e transparente, que seja capaz de transformar a relação entre a Administração Municipal e a Sociedade;

c. Fortalecer a capacidade institucional e gerencial; fortalecer as Administrações Regionais para que efetivamente possam ser mais resolutivas e promover a intersetorialidade operacional das políticas temáticas no território regional e atuar no reconhecimento e na solução dos problemas locais;

d. Estabelecer uma gestão inovadora, capaz de prestar melhores serviços e promover políticas públicas eficazes para realidade do município;

e. Buscar permanentemente a qualidade do gasto.